

## Reestruturação de ministérios será primeira medida da gestão

Lista de privatizações e obra pedida por agronegócio também serão priorizadas

Julio Wiziack, Mariana Carneiro e Talita Fernandes

A reestruturação de ministérios será a primeira medida a ser anunciada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL).

Depois de conversas informais com integrantes da equipe de Michel Temer (MDB), e depressão de setores do agronegócio e da indústria, a realidade fez Bolsonaro voltar atrás na extinção de pelo menos quatro ministérios.

Minas e Energia, Transporte, Meio Ambiente e Indústria e Comércio podem ser mantidos como pastas independentes. Bolsonaro deverá começar seu governo descumprindo a promessa de cortar os ministérios de 29 para 15. Serão ao menos 19.

O presidente cedeu depois de receber a visita, na última semana, de representantes da indústria e da agricultura. Na internet, disse que “se esse é o interesse deles, para o bem do Brasil, vamos atender”.

Na infraestrutura, que inicialmente seria um superministério, os problemas são

tantos e tão complexos que foi preciso manter dois deles separados (Energia e Transportes).

A secretaria do PPI (Programa de Parcerias em Investimentos), criada por Temer para cuidar de concessões e privatizações, também pode ser alçada a ministério no novo governo, mas continuará com sua estrutura administrativa vinculada à Presidência da República.

A mudança seria política. Antes, o PPI estava vinculado à Secretaria da Presidência. Esse arranjo ocorreria porque o PPI coordenará todo o programa de desestatização com autonomia, como se fosse um ministério. No plano original, o PPI estava subordinado ao Ministério da Economia de Paulo Guedes.

É possível que a Secretaria de Desestatização do Ministério do Planejamento seja incorporada ao PPI, mas isso ainda está em discussão.

Uma das primeiras medidas, no início de janeiro, será o anúncio das empresas e participações controladas pela União que serão privatizadas.

Assessores de Bolsonaro dizem que a lista está pronta e passa por últimos ajustes. A ideia é primeiro

fazer a venda de subsidiárias de grandes estatais e, depois, extinguir a controladora. Nesse grupo terão prioridade empresas que operam com prejuízo.

As primeiras obras devem ser a conclusão da BR 163 — que o agronegócio quer pronta rapidamente por ser a principal via de escoamento da safra do Centro-Oeste — e a concessão de ferrovias que possam se conectar a portos, caso da Ferrovia Norte-Sul, Fiol, Ferrogrão e Fico.

A interconexão de modos de transporte terá prioridade.

Estuda-se até a criação de uma agência reguladora para cuidar dos modais. Ferrovias que fiquem em portos, por exemplo, seriam reguladas por essa agência.

Uma rodada de venda de aeroportos também deve ser anunciada pelo novo governo.

Ainda na esfera administrativa, está em discussão o corte de pelo menos 20% dos cargos comissionados.

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que já foi anunciado como ministro da Casa Civil e coordenará a equipe de transição, chegou a afirmar que todos os 23 mil cargos serão extintos. O que





se discute é a “promoção” de servidores de carreira a postos de confiança, caso haja cortes.

A medida, porém, será revista com cautela porque diversos departamentos em órgãos federais hoje funcionam sob o comando de funcionários que não prestaram concurso.

Para uma sinalização positiva ao mercado, será anunciada pelo menos uma das reformas estruturantes. Provavelmente, será a da Previdência.

Inicialmente, se cogitava encaminhar a versão enviada ao Congresso por Michel Temer, mas o próprio Bolsonaro disse que prefere a sua própria reforma.

Pelo menos duas estão sendo avaliadas: uma feita pelos irmãos

Abraham e Arthur Weintraub, ambos professores da Universidade Federal de São Paulo, que colaboram com Bolsonaro desde antes da campanha, e a do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga.

Ambas promoverão uma mudança radical no regime de Previdência. Uma prevê a migração dos planos atuais para contas de capitalização, com uma transição custeada por um fundo. A proposta de Armínio Fraga trabalha com a coexistência dos dois sistemas.

Na capitalização, cada contribuinte poupa para sua própria aposentadoria. Essa proposta, no entanto, fere princípios constitucionais. Segundo advogados

especializados, a Previdência deve ser financiada por todos os contribuintes. Para modificar esse princípio, será preciso contar com a aprovação de pelo menos dois terços do Congresso.

O que se discute na equipe de Bolsonaro neste momento é se não seria melhor começar com uma mudança mais branda, adotando a reforma de Temer, até que se tome o pulso da nova composição do Congresso para uma mudança mais radical.

Essa ideia é defendida por aqueles que querem entregar logo um cardápio de medidas que sinalize para o mercado financeiro e o empresariado que o governo cumprirá com as promessas de promover maior liberalização na economia.

## Eleito tem aval do mercado, mas está sob escrutínio da indústria

Eleito com uma plataforma liberal na economia, Jair Bolsonaro (PSL) assumirá a Presidência com a missão de cumprir as promessas que fez ao mercado financeiro, mas ficará sob escrutínio da indústria que teme uma abertura unilateral da economia, nos moldes do que foi feito pelo ex-presidente Fernando Collor.

Economistas ouvidos pela reportagem dizem que, nos próximos dias, a Bolsa deve encontrar fôlego para subir mais e o real deve seguir se valorizando em relação ao dólar, num período que deve ser de lua de mel entre o mercado financeiro e o governo.

Na avaliação de Marcos Casarin, economista-chefe para a América Latina da Oxford Economics, o otimismo do mercado com Bolsonaro é fundamentado.

“Pela primeira vez em 12 anos, temos a chance de dar uma guinada na política econômica com certa garantia de pouca interferência do Estado na economia.”

Em um prazo mais longo, no entanto, a percepção geral é que os desafios são imensos e devem se impor.

“Bolsonaro vai enfrentar uma economia com crescimento fraco, desemprego alto e contas públicas muito deterioradas, tendo que encontrar rapidamente apoio político para avançar na parte fiscal”, diz Alberto Ramos, diretor de pesquisas para América Latina do Goldman Sachs.

Os dois maiores bancos privados do país —Itaú Unibanco e Bradesco— soltaram notas à imprensa parabenizando o presidente eleito e pedindo urgência nas reformas estruturais.

Segundo o comunicado do Itaú Unibanco, “encerrado o processo eleitoral, é hora de unificar a sociedade em torno de um objetivo comum que visa a superação dos desafios que o Brasil enfrenta”.

Já Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, disse que a “população fez sua escolha de maneira livre e soberana” e que o país agora precisa de um “sentido de urgência para adotar as medidas que nos direcionem para a retomada do crescimento”.

Representantes de setores empresariais ouvidos pela Folha afirmaram que estão otimistas com o novo governo, que chegará com

o respaldo das urnas para promover as reformas previdenciária e tributária.

Ressaltam, todavia, que apoiam uma maior inserção do Brasil no mercado externo apenas por meio de acordos bilaterais.

Para José Velloso, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), é urgente uma “profunda” reforma da Previdência, que reduza os benefícios concedidos aos servidores públicos. Na sua opinião, ajustar os gastos do governo é a única maneira de baixar juros e estimular o investimento.

Ele também apoia uma reforma tributária, que desonere o investimento e a exportação, mas é contra a abertura unilateral da economia que vem sendo ventilada por alguns assessores de Bolsonaro.

“Temos uma economia que não pode ser aberta de imediato. Se fizermos isso, vamos repetir o mesmo erro do Collor e destruir empregos no Brasil.”

Em relatório enviado a clientes, a XP Investimentos afirmou que o





plano de governo de Bolsonaro aborda a “redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais”.

Segundo a corretora, empresas de setores como siderurgia e industriais, como a fabricante de motores WEG, poderiam ser negativamente impactadas.

Na semana passada, representantes da indústria estiveram com Bolsonaro em encontro intermediado pelo deputado Onyx Lorenzoni, já indicado como futuro chefe da Casa Civil do novo governo.

Na reunião, externaram sua preocupação com o tema e pediram que o então candidato desistisse, por exemplo, da ideia de fundir os ministérios da Fazenda e da Indústria —pleito que deve ser atendido.

“Nunca é bom concentrar muitos poderes em uma única pessoa”, explicou Fernando Pimentel, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), referindo-se à promessa de Bolsonaro de transformar o economista Paulo Guedes num “superministro”, que englobaria Fazenda, Planejamento e Indústria.

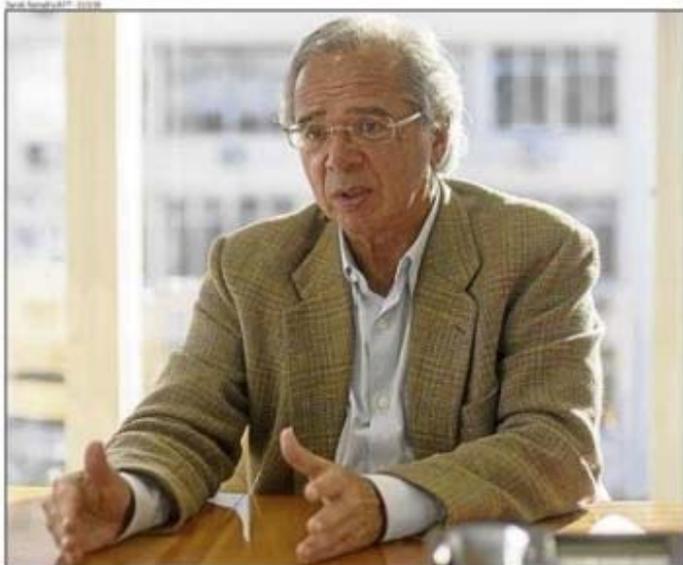
Conforme o empresário, a principal tarefa do novo presidente será “pacificar” o país e, em

seguida, promover reformas estruturais, como previdência, tributária e política.

Humberto Barbato, presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), está “otimista” com o novo governo, que teria “autoridade” para implementar as reformas que o país necessita.

“Bolsonaro chega com grande respaldo popular, o que vai facilitar sua relação com o Congresso”. Ele, contudo, também se revela “preocupado” com a possibilidade de uma abertura unilateral da economia. Raquel Landim, Flavia Lima e Danielle Brant

## Quatro ministros definidos



Guedes será o responsável pela nova pasta a ser formada a partir da junção da Fazenda e do Planejamento, como ocorreu no governo Collor

O presidente eleito Jair Bolsonaro já tem três nomes de ministros do novo governo: Paulo Guedes para o Ministério da Economia; o general da reserva Augusto Heleno para a Defesa; e o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS) para a Casa Civil. Está certa também para a pasta da Ciência e Tecnologia a escolha do tenente coronel da reserva da Aeronáutica Marcos Pontes, o primeiro astronauta brasileiro. O Ministério da Economia virá da junção das pastas da Fazenda e do Planejamento, uma ideia controversa.

Nos próximos dias, devem ser anunciados novos nomes. No Ministério das Relações Exteriores, uma possibilidade é que seja escolhido o deputado federal eleito

Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PSL-SP), integrante da família real. Mais provável, porém, é que a escolha recaia sobre um diplomata de carreira. Nesse caso, tem grandes chances o embaixador do Brasil na Coreia do Sul, Luís Henrique Sobreira Lopes.

Para a Justiça, foi cogitado o advogado Gustavo Bebiano, presidente interino do PSL e uma das pessoas mais próximas a Bolsonaro. Mas vêm crescendo as chances da escolha da ex-ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon, que gravou um vídeo de apoio ao candidato divulgado na tevê na semana passada.

Para a Educação, um nome forte é Stavros Xanthopoulos, ex-diretor da área de cursos on-line da

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para a Agricultura, tem grandes chances Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista (UDR). A ideia de unir o Ministério do Meio Ambiente a essa pasta, anunciada anteriormente, pode ser revista, disse na semana passada, ainda durante a campanha, o próprio Bolsonaro.

A bancada da bala quer que o deputado Alberto Fraga (DEM-DF), que perdeu a eleição para governador do Distrito Federal, tenha um cargo com status de ministro no Palácio do Planalto. Mas o martelo ainda não foi batido. Como ele foi condenado à prisão em regime semi-aberto por corrupção em primeira instância, a tendência é de que ele seja apenas um assessor. Bolsonaro é fiel aos amigos e gosta que eles estejam por perto. Ele e Fraga são companheiros de longa data na Câmara.

A ideia, no novo governo, é não usar os cargos como barganha para obter apoio político, ou para acomodar aliados de longa data. Como se vê na situação de Fraga, porém, há exceções. Se forem muitas, passa-se a ter a manutenção da velha regra.

Estatais

O novo governo também precisará decidir quem colocar nos assentos em conselhos de empresas





estatais. Existem 1.190 dessas posições, com remuneração de até R\$ 20 mil por sessão na forma de jeton. Há, porém, uma questão a ser resolvida antes: quantas das 138 estatais existentes serão mantidas.

A estratégia de substituições não se limita ao Executivo. Estão no radar indicações que o Planalto poderá fazer para os tribunais superiores. Ao menos 10 estarão disponíveis nos próximos quatro anos, de acordo com o limite de idade dos ministros para aposentadoria compulsória.

Essas nomeações não são para já, mas convém ter nomes decididos. O juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba, é tendência forte para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Haverá uma aposentadoria na corte já no próximo ano: do decano Celso de Mello, que está lá desde o governo de José Sarney. Em 2020, quem chegará aos 75 anos, idade limite para integrar o colegiado, é Marco Aurélio de Mello.

### **138**

Número de estatais no Brasil atualmente

## Nomes conhecidos

A junção das pastas da Fazenda e do Planejamento no Ministério da Economia, algo já tentado no governo de Fernando Collor, é controversa. Para muitos, a Fazenda já é grande demais e a nova estrutura a ser criada ficará excessivamente pesada. Para outros, a vantagem estará na harmonia de decisões, evitando ruídos. Em um país que precisa fazer um rigoroso ajuste fiscal, a elaboração do Orçamento, principal atribuição do Planejamento, deve ser feita com participação detalhada do comandante da equipe econômica.

Entre as secretarias do Ministério da Fazenda, o novo governo pretende aproveitar vários dos nomes. Mansueto Almeida, secretário do Tesouro Nacional, provavelmente continuará no cargo. A ideia era manter também a secretária executiva, Ana Paula Vescovi, segunda na hierarquia da pasta. Ela tem afirmado, porém, que está cansada de viajar entre Brasília e Vitória, onde vive a família.

Bancos

Para o Banco Central (BC),

poderá ser mantido o atual presidente, Ilan Goldfajn. Ele tem emitido sinais, porém, de que pretende voltar a morar em São Paulo depois de dois anos no comando da instituição. Caso não permaneça, um nome com grandes chances de emplacar no cargo é o do economista Luiz Fernando Figueiredo, que foi diretor da Autoridade Monetária no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Figueiredo poderá também ser presidente do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. Na semana passada, foi anunciada a saída do BB de Paulo Rogério Caffarelli, que ocupava o cargo desde o início do governo de Michel Temer. Foi escolhido para o cargo Marcelo Labuto, funcionário de carreira da instituição financeira. Mas não lhe foi dada qualquer garantia de que permanecerá no cargo com o novo governo. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um provável futuro comandante é Carlos da Costa. Ele foi diretor da casa com Paulo Rabelo de Castro, já no governo Temer.